

FALE COM A GENTE!

Editores Bruno Rios, Marcelo Luís,
Rafael Motta e Ronaldo Abreu Vaio
E-mail cidades@atribuna.com.br
Telefone 2102-7157

DESTAQUE DO DIA

CIDADES

Servidores vivem incertezas

Futura reforma administrativa deve extinguir a estabilidade para novos funcionários e promover outras mudanças no setor

ROSANA RIFE

DA REDAÇÃO

O servidor público comemora o seu dia hoje. Mas o momento é de dúvida. O Ministério da Economia planeja incluir na proposta da reforma administrativa o fim da estabilidade. A mudança, de acordo com o Governo Federal, ocorreria devido à dificuldade de se demitir o trabalhador, à necessidade de redução da máquina e aos salários que estariam distantes dos valores pagos pelo setor privado. A polêmica deve tomar conta do Congresso ainda este ano, já que a expectativa é de que o texto seja enviado em breve.

Os pontos do projeto, no entanto, ainda não foram divulgados oficialmente. Mas já há sinalizações do que deve constar nele. Uma das ideias seria que o servidor atuasse como uma espécie de trainee, ao entrar no serviço público e fosse efetivado dois anos depois de ser avaliado.

Mesmo assim, a estabilidade somente seria destinada a determinadas carreiras, como auditores fiscais. Para os demais cargos, não haveria garantia nenhuma ou apenas por um período.

Já para os funcionários comissionados, aqueles que entram no cargo por meio de indicação política, nada mudaria no País. As alterações, em tese, valeriam para os novatos. A história trouxe preocupação, não somente para o funcionalismo, tanto que foi mon-



IRANDY RIBAS-ARQUIVO

Especialistas defendem que há funções apenas de Estado, sem comparação com o setor privado, como a Justiça, para defender patamares salariais

tada uma Frente Parlamentar Mista em Defesa do Servidor Público, com 235 deputados federais e seis senadores, além de entidades ligadas aos trabalhadores.

CONQUISTA

O coordenador da Frente, deputado Israel Batista (PV-DF), diz que o objetivo é esclarecer a sociedade sobre o papel dos servidores e o motivo pelo qual a estabilidade foi criada.

“A gente tem de desmistificar essas falácias. Primeiro, de que a estabilidade é um privilégio. Isso não é verdade. Ela é uma conquista da democracia brasileira, que permitiu ao servi-

SALÁRIOS

Os salários são outro item que vem sendo trabalhado pelo Governo para angariar apoio às mudanças. Mas, entidades representativas do funcionalismo afirmam que esse não tem sido um “jogo limpo”. “De forma honesta, ninguém enriquece com o serviço público. Depois, a massa dos servidores não ganha tão bem. Professor ganha bem? Policial ganha bem? Claro que existem carreiras

que ganham melhor, mas que não há correlação na iniciativa privada”, destaca Fabrizio Pieroni. O diretor regional do Sindicato dos Auditores Fiscais (Sindifisco), Virgílio Fordelone Neto, concorda: “Há uma confusão proposital: alguns cargos são típicos de Estado, só podem ser exercidos pelo Estado, como juiz, promotor, auditor-fiscal. Não há comparação com a iniciativa privada”.

dor não ser vítima de perseguições a cada eleição”.

Opinião compartilhada pelo diretor da Associação dos Procuradores do Esta-

der de plantão.

“Por exemplo, os advogados públicos, que são responsáveis por dizer ‘não’ aos governantes. Eles têm que ter a garantia de não serem demitidos por isso. Assim como na magistratura, cargos de fiscalização, delegados”.

FAVORÁVEL

Embora não tenha estudo semelhante, o secretário da Fazenda e Planejamento de São Paulo, Henrique Meirelles, já se colocou favorável à mudança. “É positivo, seria o próximo passo depois da Previdência, mas eu acredito que não seja este ano, não”, disse, em nota.

SEM MUDANÇAS

As prefeituras da região informaram que não possuem estudos sobre o tema.

Bertioga

■ 1.524 estatutários e 71 celetistas.

Cubatão

■ 3.728 servidores estatutários. Não há celetistas.

Guarujá

■ 5.364 servidores estatutários e 482 celetistas.

Itanhaém

■ 3.746 servidores estatutários e 108 celetistas.

Mongaguá

■ 2 mil celetistas. Não divulgado o total de estatutários.

Praia Grande

■ 11.998 estatutários e 90 são celetistas.

Santos

■ 11.426 estatutários e 84 celetistas.

São Vicente

■ 5.622 estatutários e 835 celetistas.

Estado

■ 460.333 estatutários e 126.066 celetistas.

(*) PERUIBE NÃO RESPONDEU ATÉ O FECHAMENTO DA EDIÇÃO

RESPOSTA

Questionado sobre as alterações, o Ministério da Economia limitou-se a informar que “a reforma administrativa ainda está em estudo” e não irá se manifestar até a divulgação da medida.

Punições previstas não acrescentariam muito

Outro ponto questionado são as punições a que servidores estão sujeitos. Na legislação, já há mecanismos para possibilitar até demissões, como na Lei de Improbidade Administrativa. Há, ainda, avaliação de produtividade.

“Os mecanismos existentes nas leis são suficientes, desde que sejam devidamente aplicados na prática”, diz a especialista em Direito Administrativo e professora do curso de Direito da Unimes, Fabiana Bozzella.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo (SINSSP), Pedro Totti, concorda. “Existem instrumentos eficazes para demitir servidores públicos através de processos administrativos. O Diário Oficial da União todos os dias publica demissões”.

Fabrizio Pieroni avalia levar a questão no mesmo sentido. “O aprimoramento de avaliações e dos códigos de ética dos servidores são bem-vindos. Mas o fim puro e simples da estabilidade é muito perigoso. Pode



“A ideia é sempre colocar a sociedade contra o servidor, que servidor é marajá, não trabalha. No entanto, temos excelentes servidores que desempenham um trabalho importante na máquina administrativa”

Patricia Carla de Farias Teixeira
Especialista em Direito Público e professora de Direito Administrativo



“Não pode um político entrar e trocar toda a equipe, apenas ao gosto do freguês. Hoje há inúmeros instrumentos de punição dos servidores. Nos estatutos, há um rol de sanções, que vai de advertência e demissão até perda da aposentadoria”

Fabrizio Pieroni
Diretor da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo



“É possível acabar com a estabilidade, desde que se faça o caminho jurídico correto, que seria uma Emenda Constitucional alterando o texto previsto no artigo 41 da Constituição, que define o prazo de três anos para a aquisição da estabilidade”

Fabiana Bozzella
Especialista em Direito Administrativo



“A questão da estabilidade passa por uma normalidade do Estado brasileiro. Imagine a cada quatro anos, quando se tem eleição, o político da vez resolve demitir todos os servidores e colocar apadrinhados?”

Pedro Totti
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo



“Universidades estão sendo atacadas, a Capes, o CNPq. Enfim, estamos vivendo a quebra da institucionalidade brasileira. Os servidores estão sofrendo um assédio por parte do Governo e há um bullying institucional em curso”

Israel Batista (PV-DF)
Coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Servidor Público

transformar todo mundo em cargos comissionados, que podem ser admitidos e demitidos e acaba como moeda de troca”.

ESTRANHEZA

No texto a ser definido pe-

lo Governo, foi ventilado que poderia haver um artigo colocando o servidor, em fase inicial, como uma espécie de trainee por dois anos, antes de ser efetivado. Hoje, porém, quem passa em concurso só vira ser-

vidor de carreira após três anos de estágio probatório e aprovação em avaliação.

“Caso consiga a estabilidade, continuará sendo avaliado para mantê-la. Ou seja, a estabilidade não é garantia para mau servi-

dor”, analisa a especialista em Direito Público e professora de Direito Administrativo do Damásio Educacional, Patricia Carla de Farias Teixeira.

Ninguém nega que mudanças são necessárias,

mas é preciso haver esclarecimento. “Queremos uma discussão que tenha foco no aumento da eficiência do Estado e não simplesmente no corte dos custos”, diz o deputado Israel Batista (PV-DF).

FOTOS DIVULGAÇÃO